

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da
gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.
(TAP SGPS), e da TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 18

3 de maio de 2023

(9,03 h – 9,48 h)

Ordem do dia: — Audição do Dr. Nuno Chaves Alves, na qualidade de dirigente do Sindicato dos Economistas, acompanhado pela Dr.ª Cristina Furtado Borges, membro da Direção do Sindicato.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Rita Borges Madeira (PS)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Filipe Melo (CH)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Muito bom dia, cumprimento-os a todos. Está aberta a reunião.

Eram 9 horas e 3 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a audição do Sindicato dos Economistas. Tenho a informação de que os restantes Srs. Deputados estão mesmo a chegar e, portanto, acho que não vale a pena estarmos a protelar mais.

Vamos ouvir o Dr. Nuno Chaves Alves, na qualidade de dirigente do Sindicato dos Economistas, que é acompanhado pela Dr.^a Cristina Furtado Borges, membro da Direção do Sindicato.

Se estiverem todos de acordo, vamos suspender os nossos trabalhos para recebê-los e iniciarmos a nossa audição. Estão suspensos os trabalhos.

Eram 9 horas e 4 minutos.

Bom dia, uma vez mais, vamos retomar a reunião.

Eram 9 horas e 7 minutos.

Temos já o Sindicato dos Economistas, com a presença do Dr. Nuno Chaves Alves, a quem agradeço, bem como a quem o acompanha.

Vamos ter uma 1.^a ronda, por parte dos grupos parlamentares, com pergunta-resposta. Sei que da parte do Sindicato dos Economistas há a intenção de fazer uma apresentação inicial e, portanto, dou a palavra, e mais uma vez as boas-vindas, ao Sr. Dr. Nuno Chaves Alves, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves** (Dirigente do Sindicato dos Economistas): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, bom dia. Antes de mais, muito obrigado pela vossa disponibilidade para nos ouvir nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Começo com uma breve contextualização da nossa presença. Devo referir que, em dezembro de 2021, fui eleito como delegado sindical no Sindicato dos Economistas, tendo iniciado as minhas funções em janeiro de 2022, quando o meu antecessor, que tinha uma participação ativa nas negociações, em nome do sindicato, rescindiu o contrato com a TAP.

Por este motivo, poderá acontecer que eu, de alguma forma, possa ter alguma dificuldade em responder a algumas questões. Contudo, se não houver objeção da vossa parte, temos connosco a Dr.^a Cristina Borges, que tem estado no sindicato há alguns anos, não de uma forma tão participativa como o anterior antecessor, e que poderá intervir para colmatar alguma falta de informação que exista, ou seja, vai-nos ajudar, na medida do que puder, nesta situação.

Portanto, estamos agora disponíveis para responder às vossas questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Nuno Alves e Dr.^a Cristina Borges, pela vossa disponibilidade.

Vamos iniciar a nossa ronda de perguntas de hoje pelo Grupo Parlamentar do PS, usando da palavra a Sr.^a Deputada Rita Borges Madeira.

Faça favor, Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Começo por cumprimentar os dirigentes do Sindicato dos Economistas, o Dr. Nuno Alves e a Dr.^a Cristina Borges.

Queria dizer-lhes que hoje, como devem saber, é o quarto dia em que nos encontramos a ouvir os sindicatos, mas também já ouvimos a Comissão de Trabalhadores. Tivemos, por isso, a oportunidade de recolher bastante informação, não só relativamente àquilo que é mais o objeto desta CPI, que é a saída da Eng.^a Alexandra Reis, mas, também, à forma como a gestão do TAP foi conduzida ao longo dos anos.

Assim, começo por lhes perguntar o seguinte: o Dr. Manuel Beja, quando esteve aqui, nesta CPI, referiu-nos que na sua primeira mensagem aos trabalhadores das empresas TAP assumiu um compromisso que foi, e passo a citar, «conduzir a TAP rumo a um futuro sustentável, mantendo a confiança dos nossos clientes e o orgulho e sentido de pertença dos nossos profissionais». Sendo esta uma preocupação do Presidente do Conselho de Administração — ou seja, a boa relação entre a Administração e os trabalhadores —, o que eu perguntava era o seguinte: quais são os canais institucionais de diálogo que têm existido entre a Administração e os sindicatos?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Obrigado pela questão. Em relação aos canais, temos estado em contato, desde sempre, com a Administração, com a Comissão Executiva, sempre que somos solicitados para reuniões. Em relação ao Dr. Manuel Beja, o nosso sindicato, até à data — e também julgo que não irá acontecer mais —, nunca teve nenhum contacto com ele.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Consegue dizer, mais ou menos, qual era a periodicidade dessas reuniões?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Posso-lhe dizer que, a partir de janeiro de 2022, tivemos várias reuniões com a CEO: a 22 de fevereiro, a 3 de junho, a 14 de junho e a 9 de fevereiro foram feitas estas reuniões, sendo

que a 9 de setembro tivemos uma reunião com o CFO para apresentação de resultados. Portanto, tivemos algumas reuniões com alguma regularidade.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Quando essas reuniões existiam, eram sempre a pedido da Administração ou, por vezes, também a pedido do sindicato?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — As reuniões têm sido sempre pedidas pela Administração.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Portanto, o vosso interlocutor principal, digamos assim, seria quem? A CEO, o CFO? Para além destes, com quem reuniam, haveria, digamos assim, um *focal point* principal?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Foi sempre, maioritariamente, a anterior CEO. Foi sempre com quem nos reuníamos. Na apresentação de resultados, como eu referi há pouco, na reunião de 9 de setembro de 2023, não sei por que razão, mas só esteve presente o CFO e mais alguns membros da sua equipa. Porém, maioritariamente, a este nível de situação, as reuniões foram sempre com a CEO, sendo que, de vez em quando, por questões de mudanças de alguns regulamentos internos, havia reuniões, portanto, com a Direção de Recursos Humanos, mas a este nível eram maioritariamente com a CEO.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Relativamente à informação que vos era prestada, qual era a qualidade da informação? Tinham sempre a informação toda que solicitavam?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Nem sempre a informação solicitada chegava. Contudo, nestas reuniões, havia sempre apresentações em *PowerPoint* com alguma informação que, depois, tinha de ser analisada pelos participantes nas reuniões.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Peço desculpa, e começo outra vez. Em 2019, no ano em que começou a pandemia, digamos assim — ou no ano pré-pandemia —, o contributo da TAP para a economia era de 2,3 mil milhões de euros, o contributo para as finanças públicas era de 0,9 a 1,1 mil milhões de euros, o contributo para as exportações era de 2,6 mil milhões de euros e a TAP empregava cerca de 10 mil trabalhadores. O plano de reestruturação aprovado para salvar a TAP incorporou uma transformação significativa, de forma a garantir a sua viabilidade económica em 2023 e sustentabilidade futura. Consideram que os auxílios de Estado foram essenciais para garantir a viabilidade da companhia naquele momento?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Julgo que é de senso comum — pelo menos na minha opinião, pessoal, dos sindicatos e dos respetivos associados — que sem essa ajuda a TAP não existiria.

Portanto, pegando na TAP e em tudo o que depende da TAP, de uma forma direta e indireta — sejam empresas como a Groundforce ou a Cateringpor, seja muito possivelmente a UCS, que diversificou um pouco a sua atividade, bem como os variadíssimos fornecedores que a TAP tem, desde o turismo aos hotéis —, deixaria de existir e, em termos económicos, teríamos, na minha opinião, uma situação complicada no País.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Pegando nas suas palavras, tem uma ideia de quantos seriam os postos de trabalho que poderiam estar aqui em causa, direta e indiretamente, caso a TAP sofresse a insolvência?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Não consigo precisar esses valores, pois foi algo que nunca foi objeto de estudo, nunca procurámos saber esse impacto, mas seriam muitas dezenas de milhares de pessoas, com certeza.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Em dezembro de 2022, os sindicatos, a Administração e o Estado negociaram aqueles que ficaram intitutados como os acordos temporários de emergência, que procuraram encontrar uma solução, de alguma forma consensual, sobre a forma de viabilizar e também reestruturar a TAP. Em concreto, o que é que conhece do plano de reestruturação, para além daquilo que tem vindo a ser conhecido?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Não temos qualquer tipo de conhecimento em relação ao plano de reestruturação.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Também foi necessário redimensionar, do ponto de vista dos custos laborais, as operações do Grupo TAP, através, entre outros, da implementação de medidas voluntárias como as restrições de mútuo acordo, o trabalho a tempo parcial e as licenças não remuneradas de longo prazo, além da redução, obviamente, dos salários dos trabalhadores do Grupo TAP.

Já nos disse, aqui, que só assumiu funções em janeiro de 2022. No entanto, pergunto-lhe o seguinte: como é que percecionaram a existência destas medidas voluntárias? O vosso sindicato teve essa perceção?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Está a referir-se às medidas voluntárias de rescisões?

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Peço desculpa, estou a referir-me a todas.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Todas as medidas voluntárias?

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — As medidas voluntárias de rescisão, as licenças, os cortes salariais.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Não tem sido fácil, por parte de quem está deste lado, enfrentar essas situações, não só porque vive na pele esses cortes, no dia a dia, como que, de alguma forma, os cortes sempre foram considerados como medidas de gestão e, portanto, nunca houve nenhuma negociação.

Os ATE — os acordos temporários de emergência — foram acordos que foram colocados à frente dos sindicatos. Fomos informados e eles foram tão longe que julgo que ninguém nesta Comissão terá ainda abordado esta questão: além de tudo o que já foi dito em relação aos mesmos, na altura, devido àquilo que aconteceu em 2018 — e vou fazer, aqui, um parêntese —, em relação à renovação de quadros da companhia, houve um programa de pré-reformas que permitiu que muitos dos trabalhadores pudessem sair para a pré-reforma com determinadas condições, e uma das condições era um corte salarial de 30 %. Os ATE chegaram, inclusive, a esses ex-trabalhadores, ou seja, foi-lhes incluído, para além dos 30 %, um corte de mais 25 %. Portanto, esses ex-trabalhadores, que saíram da empresa, tiveram um corte total de 55 %, que julgo que agora esteja nos 50 %, porque se reverteu para 20 %. Ou seja, é absolutamente difícil falar sobre uma situação tão abrangente para todos nós.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Mas o vosso sindicato não acompanhou a implementação destas medidas? Isto porque já ouvimos aqui outros sindicatos que acompanharam.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — O nosso sindicato discutiu os ATE juntamente com uma plataforma de sindicatos de terra, à exceção de um sindicato, que quis um ATE específico. Portanto, o sindicato acompanhou essa situação. O acompanhar não quer dizer que esteja envolvido ou que tenha havido participação nossa, direta, mas acompanhámos. Por exemplo, a situação que lhe referi, há pouco, em relação ao exemplo dos pré-reformados, os sindicatos, na altura, rejeitaram liminarmente que eles fossem incluídos, mas a Administração, portanto, manteve. Portanto, acompanhámos, efetivamente, é um facto, mas não tivemos participação na negociação, nem em mais nenhuma situação.

A Sr.^a **Rita Borges Madeira** (PS): — Terminando, já houve alguma reversão dos cortes?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Já houve uma reversão dos cortes, em janeiro deste ano. Para os nossos associados e, julgo, para todo o pessoal de terra, reverteram-se os 25 % para 20 %.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento, naturalmente, os representantes do sindicato, o Dr. Nuno Alves e a Dr.^a Cristina Borges.

Indo diretamente à matéria em questão, ouvi-o dizer, há pouco, que não conhecia o plano de reestruturação, naquilo que foi a comunicação oficial. Mas, de forma não oficial, provavelmente conhece o plano de reestruturação e o que está em causa, certo?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — O plano de reestruturação, no seu âmago, na sua totalidade, não o conhecemos.

Quando foi apresentado aos sindicatos — eu não estava, daí ter pedido ajuda à Dr.^a Cristina Borges —, não foi divulgado, foram apresentados alguns *PowerPoint* com alguns aspetos gerais. Portanto, nada que, para nós, fosse suficientemente importante para percebermos o seu conteúdo e a sua ação na companhia.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Na implementação prática do mesmo, ainda que não tenha sido comunicada, foram sentindo a questão dos cortes e tudo por aí fora.

Portanto, da vossa parte, qual é a posição do sindicato sobre aquilo que sentiram, concretamente, na implementação da reestruturação?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — É difícil falar de algo de que pouco ou nada se conhece, mas os efeitos são bastante acutilantes, estamos a sofrê-los bastante.

Sinceramente, na minha opinião — e é pessoal, não do sindicato —, não sei até que ponto é que há um plano de reestruturação que já é a génese de um processo de privatização, que virá preparar a companhia para o futuro. Não o conhecendo, não sei se, por acaso... Mas essa é uma assunção minha — não é do sindicato, obviamente —, como alguém que lê, que se informa e que anda atento.

Mas temos bastante dificuldade em lidar com algo de que pouco ou nada conhecemos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quantos trabalhadores é que o sindicato representa?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Neste momento, com as saídas que tivemos, da TAP somos 10 trabalhadores.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E antes desses despedimentos, quantos eram?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Temos vindo a perder alguns associados ao longo dos anos, mas, para referir algo mais recente, 16.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Já disse há pouco que teve vários contactos com a CEO e que, portanto, o contacto era direto com a empresa. Mas pergunto se houve algum contacto da parte do Governo, ou alguma reunião entre o Governo e o sindicato.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Tivemos uma primeira tentativa de reunião com o atual Ministro das Infraestruturas a 6 de março de 2023. Foi enviado o pedido de reunião nesse próprio dia, por volta das 11 horas e 5 minutos da manhã, para uma reunião às 17 horas, no dia 6 de março. Às 14 horas e 19 minutos, recebemos, por parte do mesmo gabinete, o cancelamento da reunião, sem qualquer tipo de motivo ou razão para o mesmo.

Posteriormente, a 9 de março, recebemos nova convocatória de reunião para o dia 13 de março, tendo, então, os sindicatos e o Sr. Ministro reunido no Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se percebi bem, até de outros sindicatos, foi uma apresentação de cumprimentos, quase, nada mais do que isto.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Foi mais uma apresentação, após a tomada de posse, para dar a conhecer o Ministro. Depois, foi pedido aos vários sindicatos, não para darem um estado de alma, digamos, mas para, na reunião, darem alguma declaração ou informação que tivessem a dar, o que os sindicatos foram fazendo, à vez.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Consequência prática da reunião: zero, passo a expressão.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Do nosso lado, o que tentámos fazer foi aproveitar essa reunião para abordar um assunto que tem a ver com uma medida de gestão que a anterior CEO da TAP e a sua equipa decidiram. Refiro-me ao programa de retenção de talentos, que é um programa discriminatório, um programa que não dá equidade aos trabalhadores e que, neste momento, serve para premiar a retenção dos trabalhadores no ano de 2023 e que não abrange. Portanto, como referi, é discriminatório.

Aproveitámos essa reunião porque, até agora, a CEO anterior dava como facto consumado que o programa era assim e que não se mexia. Portanto, aproveitámos essa reunião para alertar o Sr. Ministro que era um assunto pendente, que gostaríamos de saber como se conseguia resolver essa questão e que era algo que estava em cima da mesa.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pode especificar mais esta questão da discriminação que existe relativamente a esse programa?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Como referi, a TAP tem perdido bastantes trabalhadores ao longo destes anos devido a vários fatores, todos externos, mas muito por causa das condições salariais que estão a ser oferecidas na companhia, o que advém um pouco daquilo que já tinha referido na minha intervenção anterior.

Para não perder muitos trabalhadores, a TAP decidiu, a partir de uma determinada função da empresa, reter esses trabalhadores no ano de 2023, aplicando um programa chamado Retenção de Talentos. Começou com um grupo de trabalhadores, passou para outro grupo de trabalhadores e, em determinada altura, decidiu aplicá-lo à grande maioria dos trabalhadores da empresa, com condições específicas a cada grupo de trabalhadores.

Contudo, deixou cerca de cento e poucos trabalhadores de fora. Daí a palavra «discriminatório», que, se calhar, pode ser forte demais, não quero entrar em semântica gramatical neste momento, mas é um programa que nós achamos — e não somos o único sindicato a achar isso — que deve ser inclusivo e que deve ser para todos os trabalhadores.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Já reuniram com o novo CEO da TAP?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Sim, já reunimos com o novo CEO da TAP. No dia 20 de abril, reunimos com o CEO da TAP, para ele se apresentar. Foi uma reunião com sindicatos nas instalações da TAP, onde também, pegando naquilo que referi há pouco, como sindicato, voltámos a

manifestar a nossa perplexidade em relação à aplicação deste referido programa.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — No fundo, as expectativas que tiveram dessa reunião, por aquilo que percebo, durante aquilo que apresentaram, tiveram alguma consequência prática também, como há pouco falou, relativamente ao Sr. Ministro?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Não é a primeira vez que nos cruzamos com o Dr. Luís Rodrigues na TAP, é alguém que é conhecido da TAP, e conhece-se a forma de estar dele e a maneira que ele tem de ouvir, de querer saber, de se inteirar das situações. Portanto, julgo que é generalizado, mas só podemos falar do nosso lado.

Estamos expectantes, com uma boa expectativa, evidentemente, quanto ao seu trabalho e àquilo que ele poderá fazer. Viemos com algum alento em relação ao que possa acontecer e ao trabalho que ele possa desenvolver na TAP nos próximos tempos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sendo um sindicato de economistas, têm, naturalmente, uma visão ampla e técnica, eu diria com um *know-how* que me permite perguntar-lhes exatamente isto: como veem a forma como tem sido gerida a TAP nos últimos anos?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Estou na TAP desde 1995, portanto, como trabalhador tenho acompanhado a TAP, de alguma forma.

A TAP é uma empresa que está num setor de atividade extremamente complicado, porque depende de fatores externos que, às vezes, como não acontece noutros setores de atividade, influenciam bastante os resultados. Portanto, é difícil, de alguma forma, gerir uma empresa com essa situação,

com esses fatores, sendo que — e dou sempre este exemplo, perdoem-me se estou a ser injusto com alguém — acontece como com as ondas da Nazaré, que sempre existiram, mas teve de vir alguém de fora dizer que elas são excelentes e que podemos surfar as ondas para atingir grandes recordes e visibilidade para o País.

Há uns anos, no início do ano 2000, sensivelmente, tivemos uma Administração que conseguiu pôr a TAP na rota do transporte aéreo mundial e, sobretudo, europeu, tornando a placa giratória do aeroporto de Lisboa como um *hub*. Portanto, isso teve um benefício grande e permitiu à TAP ser hoje a empresa que é.

Em relação à gestão com os fatores externos, como lhe referi, às vezes é difícil avaliar determinadas situações, porque, por mais organização que se queira implementar e por mais políticas que se queiram implementar, às vezes elas saem completamente goradas.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sentem que a interferência do Governo na TAP tem prejudicado a companhia?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Peço-lhe que defina melhor, por favor. Prejudicar a companhia em que sentido?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Peço desculpa, estávamos a falar da gestão da TAP, portanto,... até ajudo na pergunta: se é fácil perceber quem é que, na realidade, gere a TAP e se, no fundo, a interferência que possa existir do Governo na TAP tem prejudicado a companhia nos resultados que vá ter — isto sem falar dos resultados deste ano, porque sabemos os resultados que são.

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Sempre houve um CEO, sempre houve um Presidente do Conselho de Administração, sempre houve um organograma para gerir a TAP. Portanto, nesse aspeto, como trabalhadores, isso faz parte do nosso trabalho, faz parte da nossa situação.

O que temos sabido da TAP, neste momento — e, daquilo que percebi, é esse o sentido da sua pergunta —, é o que tem saído na comunicação social. Nunca estive em reuniões, ou pelo menos não me apercebi, que por trás de uma tomada de decisão que fosse feita estivesse a gestão do Governo.

Portanto, se quiser falar na perspetiva micro, portanto, da situação real da TAP no dia a dia, digo que não. Em termos macro é aquilo que nós sabemos da comunicação social.

Portanto, mais nada posso acrescentar a esse ponto.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Tem conhecimento de decisões de gestão da TAP que possam ter lesado os interesses da companhia e, naturalmente, sendo assim, o interesse público?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Não tenho conhecimento.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Recentemente, foi assinado o acordo entre a Groundforce e a massa insolvente — a TAP e a Menzies. Isto levou a ter capitais próprios negativos de 30 milhões. Consegue ter uma ideia, ou, pelo menos, consegue dar-nos a vossa posição sobre o que é que pode ter conduzido a isto?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Sobre a Groundforce, o Sindicato dos Economistas, efetivamente, tem um delegado sindical na Groundforce, mas que se ocupa em exclusivo. Estou em exclusivo com a TAP, a Dr.^a

Cristina Borges também, portanto não tenho capacidade de responder à sua questão.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Há pouco disse que tinha reunido várias vezes com o CFO, que nós já tivemos a oportunidade de ouvir, e até disse que, no entender dele, os funcionários da TAP deveriam trabalhar mais. Mas qual era o papel do CFO nos acordos da empresa?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Não reconheço visível, nas reuniões e nos processos, a sua participação. Nas reuniões que tivemos, era sempre a CEO que, de alguma forma, tomava a palavra e se dirigia aos sindicatos. Pontualmente, o CFO poderia fazer algum esclarecimento sobre alguma questão que acontecesse, mas era sempre em exclusivo com a CEO.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Por último, relativamente àquilo que são os acordos de empresa, entre o acordo celebrado em 2015 e o atual acordo, que diferenças é que, na sua opinião, existem?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Está a referir-se aos acordos de empresa que foram denunciados pela TAP unilateralmente, em dezembro de 2022, com todos os sindicatos? Neste momento, não há acordos de empresa. Tenho alguma dificuldade em perceber este tipo de negociação bastante agressiva e que, na minha opinião, pessoal, não faz jus ao trabalho, ao mérito e à dedicação que todos os trabalhadores da TAP, sem exceção, têm na companhia, e o terem recebido uma rescisão unilateral dos acordos de empresa.

Esse foi o outro ponto que foi abordado na reunião que eu tive com o Dr. Luís Rodrigues, em representação do sindicato, porque era algo em que estávamos em completa discordância. Não obstante, iniciaram-se processos

de negociação entre os sindicatos e a TAP para os novos acordos de empresa no início do ano, sendo que este sindicato, juntamente com uma outra plataforma, com mais dois sindicatos dos engenheiros, entregou uma proposta, conforme a lei, para apreciação pela TAP.

Até ao momento, até à data de hoje, não obtivemos nenhuma resposta e, portanto, as negociações estão paradas.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, bom dia, cumprimento os Srs. Deputados, cumprimento e agradeço a presença do Dr. Nuno Chaves Alves e da Dr.^a Cristina Borges.

Se me permitirem, vou fazer aqui uma breve resenha e depois pedir os vossos comentários.

Despedimentos que têm por base um algoritmo. Tivemos, em audições anteriores, um dirigente sindical que admitia que o caso Alexandra Reis seria a ponta do icebergue, portanto, havia muito mais «casos Alexandra Reis», e que garantia que nos corredores se ouvia dizer que até seria o caso mais ligeiro, os restantes seriam mais graves.

Tivemos também conhecimento de diretores-fantasma, chamemos-lhe assim, como a Sr.^a Carolina Tiba, polaca, que tinha assinado um contrato em dezembro do ano passado, mas que ainda ninguém a viu na empresa. Em termos objetivos ainda não se apresentou a ninguém, ainda não começou a trabalhar, mas o contrato está em vigor e estará certamente a receber. Esta senhora foi contratada à polaca LOT, com quem ainda mantém um vínculo, portanto, ao que parece acumula dois vínculos. Pelo menos, na certidão da empresa LOT ainda consta a Sr.^a Carolina Tiba como colaboradora no ativo, e a TAP está a pagar já há quatro meses um salário com algumas mordomias.

Ouvimos falar de um plano de reestruturação assinado com Bruxelas em que, em teoria, Bruxelas obrigava a cortes nos salários para se cumprir o mesmo plano. Veio a saber-se, mais tarde, há uns dias, que afinal não era bem assim, que Bruxelas exigiu um corte de 20 % na despesa, portanto, nas gorduras, por assim dizer, mas eu não considero que o salário dos trabalhadores da empresa sejam gorduras. Há muito mais por onde tirar, a começar por regalias, mordomias e desperdícios, e os senhores, como economistas, saberão muito bem do que falo.

Ouvimos um CFO dizer que os trabalhadores até podem ganhar mais, mas, se quiserem ganhar mais, têm de trabalhar mais, porque os trabalhadores da empresa estão a trabalhar pouco. Tendo em conta o panorama que nós vivemos dentro da empresa, acho esta declaração lamentável: com muito menos salário, com muito mais trabalho, fruto dos despedimentos que houve, tiveram de garantir a continuidade do trabalho. Acho que isto é uma afronta à dignidade dos trabalhadores da TAP.

Tendo em conta todos estes considerandos, as duas questões que eu gostaria de lhe colocar são: há ou não má gestão dentro da empresa? Há ou não ingerência do Estado, que passa do papel de acionista para o papel de executivo?

O Sr. Dr. **Nuno Chaves Alves**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas perguntas.

Em relação ao algoritmo, julgo que ainda não há inteligência artificial para criar algoritmos. Enfim, os matemáticos conseguem explicar bastante melhor do que eu o que é que é um algoritmo, mas eles têm de ser criados.

Portanto, para nós, sindicato e trabalhadores, foi algo difícil perceber a aplicação dos algoritmos, porque é aquilo a que chamo de uma medida quase cega e fácil de implementar. Não entendemos, mas ele foi aplicado e

depois verificou-se que, em alguns casos específicos, a sua aplicação não fazia sentido nenhum e voltou-se atrás em alguns casos.

Em relação à colega que, como diz, está na TAP, Carolina Tiba, não é uma área com quem lido, mas também não a conheço. Portanto, sei que houve realmente uma comunicação interna na TAP a dar conhecimento da sua existência e de ela fazer parte dos quadros da companhia e, julgo eu, na altura — aí pode estar a falhar a memória! —, que vinha realmente da companhia aérea polaca, mas não a conheço.

Sobre os planos de reestruturação, é um pouco aquilo que eu lhe referi anteriormente, é algo que nos foi apresentado daquela forma, mas que não conhecemos. Portanto, não temos ideia e tememos, realmente, que a sua intenção possa ter outros desenvolvimentos.

Os cortes nos salários nunca são bem-vindos. Efetivamente, a TAP foi, mais uma vez, pelo caminho mais fácil e foi um pouco — permitam-me, não querendo entrar em política, muito menos aqui nesta Comissão — como os impostos para a classe média. Portanto, é bastante mais fácil ir onde está mais à mão do que efetivamente irmos... Temos de ter alguma honestidade intelectual e temos de ser certos no que dizemos. Portanto, os cortes salariais foram por essa via e, efetivamente, não há justificação para eles existirem, e isso é dito por todos os sindicatos.

Em relação à má gestão, já referi que nunca presenciei situações de má gestão da companhia ou de ingerência por parte do sócio maioritário, detentor de capital da TAP, na empresa.

Em termos micro, que é onde me situo, estou numa base hierárquica nas minhas funções, portanto, não tenho esse conhecimento. Em termos de sindicato, aquilo que nós sabemos é um pouco o que consegue transparecer na comunicação social.

O Sr. Presidente: — Terminamos assim a 1.^a ronda.

A Mesa não regista nenhuma inscrição para a 2.^a ronda. Pergunto se para a 3.^a ronda algum dos Srs. Deputados deseja inscrever-se a título individual.

Pausa.

Não sendo esse o caso, queria agradecer a presença da delegação do Sindicato dos Economistas, o Dr. Nuno Chaves Alves e a Dr.^a Cristina Furtado Borges, e dizer que estaremos disponíveis para receber os elementos que entendam enviar, enquanto a Comissão de Inquérito estiver em funcionamento.

Agradeço, mais uma vez, a todos e desejo as maiores felicidades ao vosso sindicato.

Da nossa parte, regressaremos às 14 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

Eram 9 horas e 48 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.